

**Felipe Antonio Honorato
Paulo Cesar de A. P. Júnior**

REI BRANCO, MORTE NEGRA: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA PSICOPOLÍTICA DE LEOPOLDO II DA BÉLGICA

WHITE KING, BLACK DEATH: A BRIEF LOOK AT THE PSYCHOPOLITICAL TRAJECTORY OF BELGIUM'S LEOPOLDO II

RESUMO: O presente artigo analisa, por meio de uma revisão bibliográfica, a trajetória psicopolítica de Leopoldo II e seu papel dentro da consolidação do Império Colonial Belga. A pesquisa procura refletir como, graças a um império colonial explorador e profundamente violento, a Bélgica pôde fortalecer sua economia e consolidar seu lugar político na Europa da primeira metade do século XX. Fica claro que este elemento corresponde a uma “memória subterrânea” ainda pouco explorada, que necessariamente deve ser resgatada como esforço que reitera a importância da recuperação da memória histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Leopoldo II; Estado Livre do Congo; Bélgica.

ABSTRACT: This article analyzes, through a bibliographical review, the psychopolitical trajectory of Leopoldo II and his role within the consolidation of the Belgian colonial empire. The research seeks to reflect how, through an exploitative and deeply violent colonial empire, Belgium was able to strengthen its economy and consolidate its political place in the Europe of the first half of the twentieth century. It is clear that this element corresponds to a still unexplored "underground memory", which must necessarily be rescued as an effort that reiterates the importance of the recovery of historical memory.

KEYWORDS: Leopold II; Congo Free State; Belgium.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

REI BRANCO, MORTE NEGRA: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA PSICOPOLÍTICA DE LEOPOLDO II DA BÉLGICA

Felipe Antonio Honorato
Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior¹

Introdução

A lembrança do Holocausto² e das mortes arbitrárias provocadas pelo regime Stalinista ainda são vivas e chocantes no imaginário ocidental, sendo o histórico destas tragédias e seus desdobramentos uma temática usual no cotidiano e nas grades curriculares das disciplinas de história e geografia. Tais eventos - além de marcarem a história no final do século XIX e da primeira metade do século XX - também serviram de inspiração para notórios clássicos do cinema contemporâneo como *A Lista de Schindler* (Schindler's List, 1993) e *Ivan, o Terrível* (Ivan Groznyy, 1945), que ilustram e divulgam visões e leituras destes eventos, servindo como importante repositório de memória e de consciência políticas.³

Muito antes, porém, de sofrerem em seu próprio solo a traumática experiência do genocídio, diversas potências coloniais europeias promoveram na África e no Oriente Próximo - direta ou indiretamente - matanças cruéis, não raras vezes justificadas por falsos propósitos filantrópicos. O caso da Namíbia⁴ e da Armênia⁵ são, talvez, os grandes exemplos deste passado obscuro, ainda pouco resgatado. No imaginário comum, o estado-nação da Bélgica é tido como um país pacífico, altamente organizado e de uma neutralidade diplomática que o legitima como sede de diversas organizações internacionais. Porém, um aspecto que nos parece passar despercebido é como a Bélgica moderna e seu presente imaginário histórico são constituídos.

¹ Felipe Antonio Honorato: mestre em estudos culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). É professor da Faculdade IESCAMP (Campinas – SP) e membro do Grupo de Estudos em Pesquisa e História Oral (GEPHOM / EACH-USP). felipe.honorato@alumni.usp.br

Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior: Mestre em mudança social e participação política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). É assessor executivo da gerência de novos negócios no Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS). Paulo.abreu.paiva@gmail.com

² Uma das consequências diretas do Holocausto foi também a Declaração Universal dos Direitos do Homem, marco histórico e mundial da gênese dos direitos humanos.

³ *SCHINDLER'S LIST*. Direção: Steven Spielberg. Longa metragem (3h 15min). Produção: Steven Spielberg *et al.*, 1993; *IVAN GROZNYI*. Direção: Sergei Eisenstein. Longa metragem (1h 43min). Produção: Sergei Eisenstein, 1945..

⁴ Segundo reportagem da *Deutsche Welle* (2017): “O massacre dos nama e herero ocorreu entre 1904 e 1908, quando a Namíbia era a colônia Sudoeste Africano Alemão. A campanha militar alemã levou ao extermínio de homens, mulheres e crianças, como resultou na pilhagem das suas terras e haveres com autorização explícita das autoridades. O massacre foi precedido por uma insurreição dos dois grupos étnicos contra os colonos que ocupavam cada vez mais terras tribais, e as práticas racistas e discriminatórias introduzidas pela potência colonial. Durante décadas, a Alemanha negou a classificação dos massacres como o ‘genocídio’. Apenas no ano de 2016, o Governo alemão admitiu oficialmente de que se trata de um genocídio”.

⁵ Ver: KIFNER, John. *Armenian Genocide of 1915: An Overview*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/ref/timestopics/topics_armeniangenocide.html?mcubz=3>. Acesso em: 13 de setembro 2017.

A leitura proposta no presente artigo sugere que foi graças a um império colonial explorador e profundamente violento, que submeteu populações nativas a condições extremas, que a Bélgica pôde fortalecer sua economia e consolidar seu lugar político na Europa da primeira metade do século XX. A atual situação política e social da República Democrática do Congo é um grande exemplo e expoente político deste eixo de exploração que se seguiu de 1885 até 1960.

Foi Leopoldo II o arquiteto dos esforços diplomáticos que confluíram para a aceitação (pela ordem internacional de sua época) de parte do território da África Central como sua posse particular (M'BOKOLO, 2011). Leopoldo II também foi mentor da formação do Estado Livre do Congo, e mesmo em seu tempo – em que o colonialismo era visto como uma “responsabilidade civilizatória” – causou consternação entre seus pares europeus (VANTHEMSCHE, 2014).

O presente artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, aborda as contribuições de Leopoldo II na consolidação do sistema colonial belga, aportando um recorte específico de seu papel como principal ator político responsável por um dos maiores genocídios africanos. Para tal, nos valeremos de estudos sobre a história da República Democrática do Congo e o passado recente da região, artigos acadêmicos e midiáticos disponíveis em repositórios eletrônicos, bem como documentários que fazem menção ao resgate desta memória na presente leitura proposta, em nossa opinião ainda muito pouco apresentada da atual República Democrática do Congo.

Elementos que privilegiam a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias são ideias-força que ressaltam a importância das “memórias subterrâneas”. Estas memórias, como parte integrante da cultura e das etnias violentadas, quase sempre se opõem à memória oficial de caráter uniformizador, muitas vezes destruidora e opressora (POLLAK, 1989). Para registrar e rediscutir estas “memórias subterrâneas” nos valem de sua compreensão enquanto área da Psicologia Política, “campo dedicado a compreender a política, os políticos e os comportamentos políticos, a partir de uma perspectiva psicológica⁶...” (SBP, 2020). Portanto, o objetivo aqui é de contribuir para a leitura do comportamento psicopolítico de Leopoldo II, com o objetivo de registrar e propagar o conhecimento desta personalidade política que tão fortemente influenciou a história do povo congolês na segunda metade do século XIX.

O homem que queria tornar a Bélgica “maior, mais forte e mais bonita”

⁶ A Psicologia Política e o pensamento psicopolítico podem ser considerados como campo interdisciplinar que pretende aproximar “teorias e metodologias da psicologia, ciências políticas, antropologia, sociologia, economia, história, filosofia, e, assim, produzir uma ciência ampla...”. Enquanto comunidade acadêmica, o campo produz pesquisas quantitativas e estatísticas, muitas vezes voltadas à estudos longitudinais de tendência de voto e, também, da perspectiva qualitativa, quando analisa biografias políticas, o processo de socialização e outros temas como o da memória política, abordado no presente artigo.

Inaugurando a segunda leva de revoluções burguesas na Europa, a Bélgica conduz sua independência da Holanda em 1830 - cinco anos antes do nascimento de Leopoldo II - tendo o país sido fundado em 1814 como um “estado tampão” por influência geopolítica direta da Inglaterra e da Prússia. Segundo Milani (2011), com a derrota francesa na Batalha de Waterloo, Inglaterra e Prússia “decidiram criar um país forte (e neutro) o suficiente para impedir novas tentativas expansionistas francesas.”. Ademais:

Trata-se de um enclave no coração da Europa, estrategicamente situado entre a França, a Prússia e a Holanda. Seu litoral está do outro lado do canal da Mancha, no mar do Norte. Uma saída e entrada para a grande potência europeia, a Inglaterra, a qual encontrou na Bélgica um país neutro, ou na prática uma terra quase britânica na região continental do Velho Continente (MILANI, 2011, p. 115).

Foi na capital deste recém-criado país, a cidade de Bruxelas, que nasce em 9 de abril de 1835 Léopold-Louis-Philippe Marie-Victor (ou Leopold Lodewijk Filips Maria Victor, em holandês), filho de Leopoldo de Saxe-Coburg, ou Leopoldo I (primeiro Rei dos belgas), e sua segunda esposa, Louise-Marie de Orléans (HOCHSCHILD, 2015). Conforme a prática adotada à época⁷, Leopoldo II - como ficaria conhecido mais tarde - era fruto da união entre dois nobres: seu pai, Leopoldo, era tio da Rainha Vitória, da Inglaterra, tendo vivido por um período com a princesa de Gales, Charlotte Augusta, até ser expulso do solo britânico na década de 1820 (MILANI, 2011). Sua mãe Louise-Marie era filha do Rei da França, Luis Filipe I.

Leopoldo II, após servir no exército belga, tornou-se Duque de Brabant, em 1846, casando-se com uma nobre em 1853: Marie-Henriette, filha do Arquiduque Joseph. Tido como paladino da Hungria, o Arquiduque Joseph firmou votos com o jovem Leopoldo. O casamento rendeu influência ao filho de Leopoldo I; no entanto, Leopoldo II, posteriormente, ficaria conhecido por suas incontáveis amantes e seu gosto por mulheres menores de idade (WESSELING, 2008). A vida social e familiar do jovem Leopoldo II foi bastante difícil devido à sua aparência e, também, pela complicada relação com os pais. Seu rosto incomum, de nariz avantajado, era motivo de galhofa por parte da mãe. Com relação ao pai, o Rei Leopoldo I, o jovem só poderia interagir mediante audiência previamente marcada. Wesseling (2008) identifica estes e outros traços da vida de Leopoldo II, descrevendo-o como homem opulento - com enorme barba e corpo alto e forte - e fama de glutão.

O primeiro filho de Leopoldo I, Luís Felipe, faleceu em 1834 (MILANI, 2011). Por isso, aos trinta anos de idade, como descendente mais velho vivo do rei (falecido em 10 de dezembro

⁷ Ver: (WHITE KING..., 2003). Casamentos na época eram tratados como grandes negócios e arranjos diplomáticos. Tais recursos tiveram um peso muito grande na trajetória do mandatário belga.

de 1865, em Laeken), Leopoldo de Saxe-Coburg - Leopoldo II - sobe ao trono. Tão cedo iniciado seu reinado, Leopoldo II proclama seu interesse em tornar a Bélgica “maior, mais forte e mais bonita”. Seus interesses então fizeram confluir o destino belga e o congolês em um dos maiores genocídios da África e do século XIX.

Leopoldo II como concretizador do “sonho colonial belga”

Quando Leopoldo II subiu ao trono da Bélgica, em 1865, o país havia conquistado o status de nação independente há pouco mais de três décadas (WESSELING, 2008). Desanexada dos Países Baixos unificados, havia reinado na Bélgica tão-somente Leopoldo de Saxe-Coburg, Leopoldo I, seu pai. Com uma economia voltada para o continente, o país tinha um espírito político altamente liberal, e sua principal atividade era a indústria siderúrgica. No tempo de Leopoldo II, o reino belga não dispunha de uma marinha, e apenas detinha em sua trajetória recente uma aventura colonial fracassada, na Guatemala, ocorrida na segunda metade do século XIX. Tais fatores contribuíam para que os belgas não reconhecessem em sua nação qualquer prestígio colonial (WESSELING, 2008).

Contudo, Leopoldo II - tendo em vista o horizonte dos desdobramentos geopolíticos da França e da Grã-Bretanha de sua época - queria, assim como os países supracitados, tornar seu reino uma potência colonial. Foram então realizadas muitas sondagens, estudos e reuniões diplomáticas com o objetivo de ponderar a aquisição de uma colônia alinhada aos interesses belgas, em nações como Filipinas, China, Japão, Bornéu, Nova Guiné, Formosa, Tonquim e Sumatra. Segundo Wesseling (2008), todos os projetos fracassaram. Foi justamente este o cenário que fez o mandatário belga mudar sua estratégia política. De maneira velada, Leopoldo II não se apresentaria mais como “portador dos interesses do reino europeu”, mas, sim, como um “homem poderoso e rico atrás de empreendimentos ultramarinos” (WESSELING, 2008), e assim o fez, declarando que, nesta empreitada fora dos domínios belgas, não pediria um centavo ao ministro das finanças.

Foi então no ano de 1875 que ocorreu em Paris o X Congresso da Sociedade Geográfica Francesa. Nesta ocasião, Leopoldo II reconheceu a possibilidade de possuir uma colônia no continente africano, pois até então a África Central permanecia inexplorada pelos interesses europeus – segundo Brunschwig (2015, p. 28): “nada mais inesperado, pois nenhum governo, por volta de 1870, se preocupava com essa bacia de difícil acesso. Os navios não subiam além do estuário, por causa das numerosas corredeiras [...]”. Wesseling (2008) indica que, no mesmo Congresso, Leopoldo II também tomou conhecimento das expedições de Henry Morton Stanley e Savorgnan de Brazza - o primeiro, um explorador anglo-americano, responsável pela abertura

da bacia do Rio Congo aos europeus, e, o segundo, um oficial ítalo-francês da marinha francesa que foi o responsável pela consolidação da ocupação e exploração francesa do Congo-Brazzaville. Impressionado com as possibilidades, o rei belga convocou para o ano seguinte a Conferência Geográfica de Bruxelas, o primeiro movimento político institucionalizado de sua estratégia colonial na África.

Segundo Munanga (2011), oficialmente, o evento foi organizado visando ao esforço de “abrir a bacia do Congo à civilização ocidental” e reuniu especialistas de países como Inglaterra, Áustria, Rússia, França e Itália. Houve fácil consenso entre os presentes sobre a construção de bases operacionais no estuário do rio Congo, sobre a criação de uma organização internacional de caráter filantrópico para administração destas bases e para a facilitação do “trabalho civilizatório” na região. Nasceu, assim, a Associação Internacional Africana (AIA), que tinha como presidente o próprio Leopoldo II.

A AIA, como uma organização internacional, foi um grande fracasso (MUNANGA, 2011). Todos os países que participaram de sua fundação logo perceberam os interesses do monarca belga, já notoriamente destoantes da apregoada filantropia. Em adição, boa parte dos países europeus já contava com suas próprias organizações coloniais estratégicas e não estavam propensos a dispor de recursos e de influência para operacionalizar um novo organismo internacional. Desta forma, apenas os belgas e, em menor medida, os holandeses, assumiram a AIA como organização séria e legítima.

Tendo conhecimento da volta de Henry Morton Stanley à Europa, Leopoldo II solicitou ao embaixador da Bélgica em Londres - Henry Solvyns - que o convidasse a Bruxelas para uma conferência pessoal. Na capital belga, Stanley foi pomposamente recebido, e suas experiências foram ouvidas com extremo entusiasmo por Leopoldo II. Segundo Wesseling (2008), a partir desta conferência particular com Stanley, o posicionamento colonial e estratégico de Leopoldo II seria o de transformar as bases da AIA em colônias belgas e construir uma ferrovia contornando as caudalosas cataratas do Matadi. O objetivo específico da empreitada era logístico: por meio destes esforços, o território ficaria completamente conectado. Como última determinação de Leopoldo, Henry Morton Stanley seria nomeado interventor incorporado ao serviço do rei, para que todo o trabalho planejado fosse executado a contento (WESSELING, 2008).

Leopoldo II usou de seu bom trânsito entre figuras-chave dentro dos círculos de poder da época, além de muita habilidade diplomática, para, na Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885, ver ratificado, pelas demais potências coloniais, seu direito de posse sobre o que se denominou Estado Livre do Congo, dentre 1885 e 1906. Como trouxe M´Bokolo:

Um dos trunfos do rei dos belgas constituiu na criação e na organização, em proveito próprio, de uma rede de amigos, de colaboradores, de relações e de

admiradores prestigiosos, eficazes e, por vezes, bem relacionados, em todas as capitais importantes para a África: antes de todos, Stanley, cujo conhecimento do terreno, cuja perseverança e cujos métodos violentos vieram a ser determinantes no nascimento do Congo; mas também, em Londres, sir John Kirk, antigo cônsul em Zanzibar, que gozava da confiança do Foreign Office, e William Mackinnon, homem de negócios que enriquecera no comércio do Oriente, espírito religioso, membro ativo e, mais tarde, a partir de 1877, um dos responsáveis da influente Royal Geographical Society; em Berlim, o banqueiro Gerson von Bleichröder, próximo do chanceler Bismarck; em Washington, o general H. S. Sanford, antigo embaixador dos Estados Unidos em Bruxelas; e, por último, em Paris, um rico marchand de pintura, Arthur Stevens, que desenvolvera intensa atividade junto do primeiro-ministro Jules Ferry (M'BOKOLO, 2017, p. 365).

O autor congolês completa dizendo que: “no momento crucial, todas estas personalidades souberam, à margem dos canais diplomáticos oficiais, fazer, inclinar ou impor a decisão num sentido favorável aos interesses de Leopoldo II” (M'BOKOLO, 2017, p. 365).

O “livre” presente em seu nome era um espelho da condição de livre navegação da bacia do Rio Congo, bem como da ausência de tarifas alfandegárias dentro do território – condições prometidas pelo rei às potências internacionais durante a Conferência de Berlim para que estas aceitassem ratificar sua posse sobre o país africano: nas palavras de M'Bokolo (2011, p. 366): “[...] Alemanha, Reino Unido, e Estados Unidos da América à cabeça – deixaram-se seduzir pela promessa da liberdade comercial: “um Estado sem alfândega”. Foi necessário, também, ceder, aos franceses, o direito de preferência (*droit de préférence*) sobre o território ultramarino belga. Caso a aventura colonial não desse certo, a França teria direito à posse do Congo-Kinshasa. Por fim, dando prosseguimento ao plano de oficializar a anexação do Congo ao seu patrimônio particular, em 1883, Leopoldo II muda o nome da AIA para Associação Internacional do Congo (AIC).

Em novembro do ano seguinte, em 1884, a Conferência de Berlim marcou a histórica e tão conhecida “partilha da África”. Os acordos ali firmados representaram uma grande vitória diplomática para Leopoldo II, tendo em vista que as grandes potências mundiais ratificaram o direito de posse belga sobre o território já explorado, desde que o mandatário garantisse em troca a livre navegação na bacia do rio Congo. Estava criado, então, o Estado Livre do Congo.

Logo após o reconhecimento internacional, no dia 30 de abril de 1885, o parlamento belga instituiu ao seu monarca o direito de propriedade sobre o Estado Livre do Congo. Desta forma, Leopoldo II torna-se dono único de um país inteiro.

Com uma tamanha vastidão de terras e enorme potencial mineral produtivo em suas mãos⁸, Leopoldo II inicia seu plano institucionalizado de tirar o máximo de lucro possível do tesouro da região centro-africana, que a partir de então deteria para seus próprios proventos.

Mabeko-Tali (2013) afirma que o sistema de expropriação da terra era a matriz do sistema de violência do imperialismo capitalista colonial⁹; isto porque, segundo ele: “deixava os nativos economicamente dependentes, sem direito à exploração e uso por conta própria da sua maior riqueza material “ e, em segundo lugar, “colocava as comunidades economicamente e identitariamente ao dispor das companhias concessionárias ou indústrias mineiras, como mão de obra barata, senão semi escrava. Dentro disto que explicou o teórico congolês, o Estado Livre do Congo de Leopoldo II é uma “amostra exemplar”.

A base para exploração do Estado Livre do Congo foi a categorização das terras do país – segundo Munanga (2011, p. 5), “a pedra angular da exploração econômica residia na atitude adotada a respeito da questão fundiária”. As terras eram divididas em três categorias: (i) terra nativa, (ii) terra pertencente à Coroa e (iii) terra registrada. As duas primeiras possuem nomes autoexplicativos; já terras registradas serviram como um dos mais importantes pilares da exploração belga do Congo, constituindo-se como concessões e monopólios.

Segundo Merriam (1963), eram as terras registradas:

Concessões outorgadas através do governo belga. Essa terra continuava sendo propriedade do governo, mas era entregue a uma companhia particular; o governo geralmente conservava direitos sobre os produtos minerais do subsolo, que eram considerados um conjunto completamente separado dos direitos que a companhia exercia na superfície; a pesquisa mineral no Congo era, deste modo, estritamente controlada (MERRIAM, 1963, p. 22 - 23).

As terras pertencentes à Coroa significaram um grande sacrifício ao povo congolês:

Ao decretar propriedade do Estado as terras ditas vacantes [terras pertencentes à Coroa], o rei impedia aos colonos se instalar nessas terras sem pagar algo para

⁸ Com uma área total de 2.345.409 km², o país conta com 9.165 km de fronteiras e faz divisa com nove países: República do Congo – ou Congo-Brazaville – a oeste; República Centro-Africana e Sudão, ao norte; Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia, a leste; Zâmbia, a sudeste; e Angola, ao Sul (MUNANGA, 2011). Seu território é extremamente rico em recursos naturais: estima-se que 1/5 das reservas hídricas da Terra estejam lá; ademais, seu solo fora declarado, em 1892, pelo geólogo belga Cornet, um “escândalo geológico” (CORNEVIN, 1972), pois apresenta enormes jazidas de cobre (fazendo parte, junto com o Zimbábue, do chamado *copperbelt*), diamante, manganês, estanho, urânio e cobalto.

⁹ Marc Ferro (2017) defende que: “na segunda metade do século XIX tem lugar uma nova onda de colonização europeia, a qual denominamos “era imperialista”; o autor continua explicando que o que diferencia esta nova era colonial da que começou no século XVI – período das chamadas “grandes navegações” – é: “a partir de então, a colonização responde a uma vontade política explícita: cada Estado industrial procurar assegurar para si zonas de dominação ou, ao menos, de influência. Por outro lado, ela não se coloca mais sob o signo da evangelização, mas do progresso: trata-se de levar a civilização a sociedades consideradas menos avançadas. Por fim, essa segunda colonização dispõe de recursos financeiros, militares e humanos jamais vistos na história, modificando completamente a relação entre metrópoles e colônias; e com colonizados também, pois o trabalho passa a ser regra”.

sua administração. No lugar dos proprietários autóctones, era o Estado que aferia os lucros da distribuição da terra. Assim, as terras vacantes eram divididas em terras não exploradas e em terras exploradas para permitir ao Estado financiar as despesas das primeiras instalações, além de obrigar aos autóctones a fornecer certas quantias dos produtos da colheita, como a borracha e o marfim (MUNANGA, 2011, p. 5).

Desta forma, Leopoldo II criou para si uma enorme massa de mão de obra praticamente cativa.

O Congo do Rei Leopoldo II: Um “Estado Livre” como negócio bem-sucedido

A primeira forma de exploração utilizada para usufruir desta mão de obra, e primeiro símbolo de violência do colonialismo belga no Congo, foi o *portage*. O *portage* era um sistema de transporte de carga que utilizava como força motriz os nativos congolezes. Apesar de este tipo de tarefa estar presente no Congo antes mesmo da chegada dos belgas, houve a introdução desta atividade como uma obrigação sistêmica, aplicada não só para curtas distâncias, mas também em longos trajetos em que os congolezes eram vigiados por agentes a mando do rei e se viam obrigados a carregar, em seus ombros, costas e cabeça, cargas que às vezes superavam 40 quilos (MERRIAM, 1963). Este tipo de atividade, em uma região onde a moeda corrente tardou um pouco a ser introduzida, virou uma ferramenta comum para se saldar dívidas com o fisco.

Neste mesmo período, segundo Merriam (1963), foram introduzidas as corveias para comida no Estado Livre do Congo. De acordo com esta prática, os congolezes eram obrigados a fornecer certa quantia de alimento aos belgas e europeus em geral que auxiliavam na ocupação da colônia. Os congolezes, que produziam no campo em condições de subsistência, sentiram muitas dificuldades de adaptação a esta imposição. Segundo Munanga (2011), muitas populações ribeirinhas foram gravemente afetadas – uma vez que os rios eram as grandes vias coloniais – migrando para o interior no intento de fugir da medida, o que causou um esvaziamento da ocupação das margens dos rios.

Foi por intermédio do desenvolvimento da indústria automobilística no mundo que Leopoldo II pôde consolidar sua principal estratégia de exploração colonial. Tendo em vista o território do Estado Livre do Congo – detentor da maior reserva de seringueiras do mundo (WHITE KING..., 2003) – a extração da borracha como matéria-prima asseguraria boa parte de seus investimentos iniciais na colônia, ofertando ao mercado de pneus automobilísticos insumos para a crescente produção. Entre 1891 e 1892, a mão de obra nativa foi introduzida na cadeia produtiva das duas atividades econômicas que mais deram lucro a Leopoldo II e que, por consequência, espalharam o terror e o medo pela colônia belga: a extração da borracha e do marfim (MUNANGA, 2011).

Estando as áreas mais ricas em borracha e marfim classificadas como terras pertencentes à Coroa, o congolês era obrigado a trabalhar nas seringueiras recebendo apenas pela metade do produto obtido, a preços extremamente baixos. A outra metade extraída era do Estado, a título de pagamento de impostos (MUNANGA, 2011). Existiam, então, agentes governamentais encarregados de vigiar a obtenção do látex e forçar o nativo a trabalhar: eles eram remunerados por sua capacidade de obrigar os congolezes a produzirem sob uma meta arbitrária de extração ou superá-la, e, para isso, usavam técnicas violentas que consistiam desde missões punitivas até a mutilação, passando por fuzilamentos e enforcamentos. Vale salientar que membros mutilados de nativos eram tidos como troféus que indicavam bravura e rendiam lucro aos agentes da metrópole belga ((MUNANGA, 2011).

No fim do século XIX, uma série de fotografias mostrando mutilações de nativos congolezes trazida por missionários britânicos à Inglaterra causou grande revolta e comoção acerca do sistema de exploração no Estado Livre do Congo, o que rendeu clamor para que o rei fosse julgado pela recém-criada Corte Internacional de Justiça, na Holanda (WHITE KING..., 2003). Em adição, relatos midiáticos passaram a circular na Europa, lançando luz ao cotidiano na “propriedade” de Leopoldo II. Em entrevista à *Reuters*, em 1896, o empresário britânico Alfred Parminter disse:

Um oficial belga foi encarregado de capturar, com uma força de 50 ou 60 homens, um chefe local. Ao chegar ao local, a força capturou duas mulheres, mãe e filha, que não conseguiram fugir a tempo. Elas foram postas na frente do oficial belga que as ordenou que contassem onde o chefe estava. Elas não sabiam ou não quiseram falar a informação (...) então ele ordenou que elas fossem seguras e postas deitadas no chão; mandou que fossem aplicadas 50 chicotadas em cada. O flagelo continuou até que cada uma recebesse 200 chicotadas. Finalmente, o oficial belga ordenou que os seios das duas mulheres fossem cortados e elas fossem deixadas ali, para sangrar até a morte (WHITE KING..., 2003).

A literatura também serviu como palco de protestos contra Leopoldo II. Joseph Conrad, notório autor polonês radicado na Inglaterra, escreveu o conto intitulado *An Outpost of Progress* que, em 1897, narrava toda a brutalidade do colonialismo belga, descoberta pelo autor como comandante do navio a vapor *Roi des Belges* (DEMOOR, 2013). Conrad retornou ao Reino Unido transportando sua experiência na África para a literatura: histórias que ele, inicialmente, publicou de forma periódica, foram depois compiladas e se tornaram um clássico da literatura britânica - a obra *No Coração das Trevas*.¹⁰

¹⁰ A obra, ambientada no Estado Livre do Congo, foi descrita por E. D. Morel – fundador da Congo Reform Association – como o mais poderoso texto escrito sobre o assunto.

Mesmo diante dos relatos e da comoção internacional, Leopoldo II sempre negou seus proventos com a exploração do Congo. Contudo, há indícios de que a colônia centro-africana tornou o belga um dos homens mais ricos de sua época (WHITE KING..., 2003). Sobre o assunto, John Reader (1998) afirma que: “apesar de Leopoldo alegar que nunca lucrou pessoalmente com o Congo, uma conta secreta na Alemanha foi encontrada subsequentemente - com 1,8 milhões de libras esterlinas provenientes de lucros obtidos no Congo depositadas nela”.

¹¹ A mobilização descrita no tópico anterior forçou uma mudança de postura por parte das autoridades belgas. Como reação, em 1904, uma comissão de inquérito parlamentar de caráter internacional foi criada, e, em 1908, Leopoldo II passou o controle de sua propriedade ultramarina para o Estado belga (KENT, 2011), que deixou de se chamar Estado Livre do Congo para ser denominado Congo Belga.

Há um consenso, entre estudiosos do assunto, de que o sistema de exploração colonial belga na África foi o mais violento entre todos aplicados no imperialismo capitalista colonial. Carlos Serrano e Kabengele Munanga (1995, p. 35-36) ainda afirmam que: “mesmo a discriminação racial anglo-saxônica, considerada como a mais feroz, nunca produziu tantas leis discriminatórias nem adotou medidas de segregação tão rígidas como a tutela belga”. Muito disto se deve ao que ocorreu no Estado Livre do Congo. Leopoldo II, sem nunca ter estado pessoalmente na África, deixou um rastro de sangue no continente: estima-se que, entre 1880 e 1908, 13 milhões de pessoas tenham morrido no que se entendeu por Estado Livre do Congo.

Leopoldo II, ao ser destituído de sua colônia pessoal, recebeu uma indenização do Estado belga. O mandatário viria a morrer em 1909, e seu sucessor foi seu sobrinho, Alberto I.

A imagem do Rei Leopoldo II na atualidade

Mesmo diante de toda notória barbárie causada pelo modelo de colonização do Estado Livre do Congo – implantado pelo Rei da Bélgica, Leopoldo II – existe hoje ainda, na parte mais identificada com a identidade nacional belga (porção francófona do país), uma imagem positiva de sua personalidade política. MERTENS *et al.* (2013) citam Louis Michel, ex-ministro de relações exteriores do país para exemplificar tal fato: “Em 2010, Louis Michel, antigo ministro das relações exteriores (1999-2004) e Comissário Europeu (2004-2009), chamou Leopoldo II de “um visionário” e “herói” (VAN CAUWELAERT 2010, p. 3) ” (MERTENS *et al.*, 2013, p. 89).

12

¹¹ Tradução dos autores. Original: “although Leopold claimed never to have profited personally from the Congo, a secret trust set up in Germany was subsequently discovered – with £1.8 million of Congo profits on deposit”.

¹² Tradução dos autores. Original: “in 2010, Louis Michel, the former foreign minister (1999–2004) and European commissioner (2004–2009), called Leopold II “a visionary” and “a hero” (quoted in Van Cauwelaert 2010, p. 3)”.

Em Flandres, região de língua holandesa, as opiniões divergem da Bélgica francófona. Segundo MERTENS *et al.* (2013), o tom do discurso pode ser medido por meio da aclamada monografia *Congo: Een geschiedenis*, de David Van Reybrouck. Nela, o autor analisa o passado colonial belga com elevada crítica. Na maioria das ex-potências coloniais, na década de 1990, a emigração proveniente das antigas colônias já era uma tradição, e sua massificação estava claramente ligada à necessidade de mão de obra. Na contramão, temos o fenômeno da imigração congoleza para a Bélgica:

Na verdade, quase não se pode falar de uma migração congoleza durante as primeiras décadas após a independência congoleza. As chegadas eram altamente individualizadas e as correntes ou ondas migratórias eram parcas (KAGNE, 2008). Congolezes não eram contratados ou utilizados para suprir a falta de mão de obra na Bélgica, e os eventos de 1960 não foram seguidos por uma migração massiva à metrópole (MERTENS *et al.*, 2013, p. 92).¹³

Esta realidade fez com que as discussões sobre a presença congoleza na Bélgica, também chamadas de “questão congoleza”, tardassem a iniciar, tanto no âmbito da opinião pública quanto no âmbito dos legisladores, *policy makers* e da academia belga. Outra consequência que pode ser inferida é a da falta de debate sobre o período colonial, não só entre belgas, mas entre os congolezes, que por muito tempo utilizaram o termo “banoko”, que significa “tios”, para se referirem aos belgas e por eles alimentaram sentimento de nostalgia e gratidão (DEMART, 2013).

Demart (2013) ainda afirma que, de maneira geral, o vasto conteúdo historiográfico produzido sobre o Congo, uma tradição com raízes profundas no período colonial, tinha como objetivo criar uma representação ou “inventar” o outro; esta agenda de pesquisa não só deu continuidade aos mecanismos de (re)produção de fronteiras raciais, aplicados ainda no período colonial, como também serve para manter uma imagem positiva de Leopoldo II e corroborar com o profundo desconhecimento que até os dias atuais representa a “questão congoleza”. É possível diagnosticar que a exploração da colônia possibilitou, além do enriquecimento pessoal de Leopoldo II, o incremento de políticas públicas na metrópole belga:

Os lucros obtidos no Congo foram usados para financiar uma grande política pública de obras públicas e melhoras urbanas - na Bélgica. Pretendia-se mudar o aspecto de Bruxelas, e, neste intento, uma grande quantidade de terras urbanas foi adquirida. Concomitante a isto, os prédios presentes nestas áreas se tornaram propriedade do Estado belga. No total, a nação belga recebeu mais de 2.400.000

¹³ Tradução dos autores. Original: “As a matter of fact, one can hardly speak of a Congolese migration during those first decades after Congolese independence. Arrivals were highly individualized, and migration currents or waves were absent (KAGNE, 2008). Congolese were not hired to compensate the lack of labor forces in Belgium, and the events of 1960 were not followed by an extensive immigration of black Congolese to the metropole”.

de libras esterlinas em propriedades, adquiridas com a riqueza obtida no Congo (READER, 1998).¹⁴

Dentre outras referências nacionais à sua imagem, como a estátua localizada na cidade de Ostend, Leopoldo II financiou com sua própria fortuna pessoal o Parque Cinquentenário (*Parc du Cinquantenaire*), até hoje considerado símbolo nacional belga e uma das grandes atrações turísticas de sua capital (WHITE KING..., 2003).

Considerações finais

Por “psicopolítica” compreendemos o encontro da Política com a Psicologia para a construção de um campo novo de saber, o da Psicologia Política, que nele detem - enquanto espaço interdisciplinar - conhecimentos da psicologia (como a memória coletiva) e do *fazer* político humano (como a análise da trajetória dos grandes líderes mundiais). Tendo em vista a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica, aqui apresentada, fica clara a imperativa importância do constante resgate das memórias políticas “subterrâneas” sobre a influência colonial belga no Congo: mais especificamente concentrada nos esforços de uma personalidade específica.

Pollak (1989), em seu artigo “Memória, Esquecimento e Silêncio”, lembra os estudos de Hawbacks, que fazem referência aos elementos que estruturam a memória coletiva. Paisagens, datas, narrativas, personagens, monumentos e patrimônio arquitetônico traduzem muitas vezes um tipo específico de memória, e esta inferência nos faz questionar que tipo de lembrança coletiva se tem de Leopoldo II da Bélgica.

Existem, portanto, momentos em que as memórias políticas necessariamente entram em disputa, de preferência quando as memórias subterrâneas afloram ou ganham notoriedade tendo em vista que “nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada.” (POLLAK, 1989, p. 11). Neste sentido, diante da “oficialidade” da memória, profundas mudanças políticas são quase sempre associadas a uma revisão autocrítica do passado, daí a importância do esforço de se resgatar o “vivenciado”, propondo o choque político e crítico entre passado e presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁴ Tradução dos autores. Original: “The Congo profits were used to fund a grandiose policy of public works and urban improvement – in Belgium. The face of Brussels was to be transformed, and large tracts of urban land were acquired for the purpose. On completion, the buildings immediately became the property of the Belgian state. In all, the Belgian nation received property worth more than £2,400,000 from the Congo”.

- BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- CORNEVIN, Robert. **Le Zaïre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- DEMART, Sarah. Congolese Migration to Belgium and Postcolonial Perspectives. **African Diaspora**, n. 06, p. 1-20, jun. 2013.
- DEMOOR, Marysa. “When the king becomes your personal enemy: W. T. Stead, King Leopold II and the Congo Free State”. *Interdisciplinary Studies in the Long Nineteenth Century*, p. None, abril 2013.
- DEUTSCHE WELLE. “Genocídio da Alemanha na Namíbia”. 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/genoc%C3%ADdio-da-alemanha-na-nam%C3%ADbia/t-37110789>>. Acesso em: 13 de setembro 2017.
- FERRO, Marc. *A colonização explicada para todos*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- HOCHSCHILD, Adam. “Leopold II King of Belgium”. In: *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Leopold-II-king-of-Belgium>>. Acesso em 11 de setembro 2017.
- KENT, John. Descolonização e Guerra Fria: a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963). **Relações Internacionais**, n. 30, p. 39-59, jun. 2011.
- KIFNER, John. “Armenian Genocide of 1915: An Overview”. Disponível em: <http://www.nytimes.com/ref/timestopics/topics_armeniangenocide.html?mcubz=3>. Acesso em: 13 de setembro 2017.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia historia**, v. 29, n. 51, p. 745-770, 2013.
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações (Tomo II)**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- MERRIAM, Alan P. **Congo**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.
- MERTENS, Jamina, *et al.* “A New Floor For The Silenced? Congolese hip-hop in Belgium”. *Social Transformations*, v. 1, n. 1, p. 87-113, 2013.
- MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885-1908)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo - USP, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. “A República Democrática do Congo – RDC”. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>>. Acesso em 12 de março 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista. Estudos históricos**, São Paulo, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.
- READER, John. **Africa: A Biography of the Continent**. Londres: Penguin Books, 1998.

SBP, Sociedade Brasileira de Psicologia. A Psicologia Política no Brasil. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/2019/04/a-psicologia-politica-no-brasil>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

SERRANO, Carlos; MUNANGA, Kabengele. *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. São Paulo: Atual Editora, 1995.

VANTHEMSCHE, Guy. The Belgian Colonial Empire (1885/1908-1960). In: GEHLER, Michael, et. al. (org). *Imperien und Reiche in der Weltgeschichte: Epochenübergreifende und globalhistorische Vergleiche (Teil 2)*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014.

WESSELING, Henk. *Dividir Para Dominar. A partilha da África, 1880 - 1914*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WHITE KING, Red Rubber, Black Death. Direção: Peter Bate. Documentário (1h 24min). 2003. Produção: Périscope Productions, British Broadcasting Corporation (BBC), et al. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dfZevYMo8_o>. Acesso em 11 de setembro 2017.

Recebido em: 15/04/2019

Aprovado em: 12/04/2020